

1 **SESSÃO PLENÁRIA Nº 314**

2 Dia: 08 de novembro de 2023.

3 Horário: 09h

4 Local: Casa dos Conselhos

5 **Ata nº 314**

6
7 **Conselheiros Presentes:** João Pedro Nacif Baraillon-PROGEM; Bruna Sviercowski-Secretaria de Saúde;
8 Verinha Albano de Liz-Secretaria de Educação; Danielle Angeli-Secretaria de Política para a Mulher; Jamile
9 Araújo Yared- Secretária de Assistência Social; Claudia Geremia- Secretária de Assistência Social; Luís
10 Felipe Stancke- Fórum Municipal de Trabalhadores do SUAS; Karimi Haidar-APAS; Maria Aparecida da
11 Fonseca-Cáritas Diocesana de Lages; Fabrício Marcelo Ribeiro Matos-APAE; Barbara Varela-CIEE; Elloah
12 Dessana Cruz-Fundação Carlos Joffre do Amaral; Alessandra Moura-ASDF; Vanilda Correa-ASDF;
13 Bernadete Casa Liston- Secretária de Assistência Social; Charles Andrade Medeiros-Secretaria de
14 Assistência Social; Huan Ícaro Piran- Fórum Municipal de Trabalhadores do SUAS; Volsiu Waltrick-
15 Secretária de Planejamento e Mobilidade Urbana; Bruna Sviercowski-Secretária de Saúde; Audrilara
16 Arruda R. Campos-FMTSUAS; Patrícia Deliri-FMTSUAS.

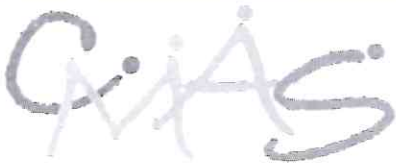
17
18 **Ouvintes:** Stefany Rodrigues Wolff-SMAS

19
20 **Justificativa de Ausência:** Maria Auxiliadora Guedes-usuária da política;

21
22 Pauta: Abertura; Aprovação da pauta; Aprovação da ata nº 309 e 310; Correspondências recebidas e
23 expedidas; Trabalho das comissões; Agenda livre.

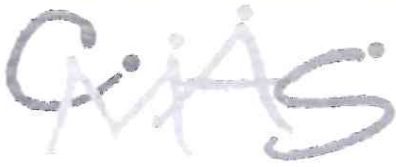
24
25 **Desenvolvimento do Trabalho:** Aos oito dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, com início
26 às nove horas, de forma presencial, realizou-se a plenária do mês de novembro. A presidente coloca em
27 aprovação a pauta. Aprovada a pauta. A presidente coloca em aprovação a ata nº 309 e 310. Aprovadas
28 as atas nº 309 e 310. Segue-se com as Correspondências recebidas: Ofício nº 153/SMAS referente ao
29 Termo de Aceite. Charles explana sobre o recurso extraordinário para calamidade, apresenta a Portaria
30 do Ministério o Termo de Aceite e a relação dos municípios que decretaram situação de emergência.
31 Sinaliza sobre o preenchimento do requerimento onde preencheu-se para 50 pessoas acolhidas. Informa
32 sobre o abrigo aberto na do Sede Pinheirinho e no Caça e Tiro. Relata que montou-se equipe para outro
33 abrigo no Jones Minosso, porém as famílias se recusaram a ir. Descreve sobre a estrutura organizada, com
34 roupa de cama, alimentos e colchões. Disse que felizmente era um número pequeno de pessoas, mas que
35 foram atendidas adequadamente, sendo o atendimento 24h. Faz reflexão que não temos um
36 planejamento para as situações de calamidade, que é sempre de última hora e não tem-se o recurso
37 extraordinário na hora, acaba vindo depois que a coisa já aconteceu. Destaca que é um desafio para o
38 poder público, que foram utilizados insumos que se tinha na Secretaria. Comenta que a Defesa Civil
39 identifica os pontos críticos e as famílias que precisam de acolhimento, mas toda a estrutura é da
40 Assistência Social, inclusive o transporte das famílias, com o apoio da Defesa Civil. O recurso já chegou,
41 pode ter um acréscimo de 10% deste valor e pretende-se comprar itens para reposição no almoxarifado.
42 Também destaca sobre uma pequena ação alusiva ao dia das crianças, que foi ofertada, de forma a
43 proporcionar um espaço de cuidado e acolhimento. Informa que quando os insumos forem comprados,
44 será apresentado o detalhamento neste conselho, pretende-se adquirir itens como travessieiros,
45 cobertores, lençóis, colchões, capas de chuva e botas galochas para serem usadas nos atendimentos.





46 Reforça que há informações de fase de risco até dezembro e a importância de se preparar, de forma a
47 evitar falhas em relação ao planejamento. Temos um plano de contingência desatualizado, que envolve
48 diversas secretarias. A Assistência Social tem o seu, está em construção e em breve passará para
49 apreciação deste conselho. Lá deve estar descrito as nossas ações, o que está disponível, como atuar e
50 quais equipes atuarão. Muitas informações foram aproveitadas do plano que consta do município, finaliza
51 Charles. Elloah destaca que atualmente os estudos meteorológicos são mais exatos, é preciso pensar a
52 longo prazo, se organizar, baseando-se nestes estudos que fornecem subsídios. Também é importante ter
53 o aporte e suporte necessário. Charles sugere que se questione o executivo sobre o plano de contingência
54 geral, pois muitas coisas mudam, faz-se necessário atualizar o plano. Destaca que é preciso melhorar a
55 comunicação com a comunidade, verificar a questão dos voluntários, qual o papel das OSC neste processo.
56 Identificou-se falhas na comunicação, deve ser mais transparente e rápida. Comenta sobre a Praça do
57 Céu, com a equipe de educadores físicos, que teve uma organização legal, referente a separação e
58 destinação de roupas e outros itens. A Klabin doou sacos de papel, para colocar as roupas. O Poder público
59 tem a centralidade, mas é preciso o envolvimento de todos, inclusive da sociedade civil, finaliza Charles.
60 Huan sugere que o conselho solicite o plano de contingência, bem como informações sobre qual o
61 planejamento da prefeitura para a realocação destas famílias em situação de risco. As mudanças
62 climáticas estão aí, as enchentes são mais frequentes. O processo de realocação é delicado, demanda
63 estudo, viabilidade, tem o envolvimento da comunidades, é preciso tensionar a Defesa Civil para este
64 estudo. Faz-se necessário provocar o poder público sobre o plano de contingência e a criação de uma
65 comissão para reduzir este impacto, finaliza Huan. Bernadete diz que é importante retomar o plano de
66 contingência, pois existe e está desatualizado. Acredita ela que a maioria das pessoas não conhecem e
67 nem acessam. Tem-se a impressão de que as secretarias não se apropriam disso, na hora do
68 enfrentamento não sabem o que fazer. Percebe-se que algumas pessoas se utilizam politicamente da
69 situação, é preciso evitar o cunho político, finaliza Bernadete. Audrilara destaca que faz parte do conselho
70 da Defesa Civil, que este assunto já foi pautado, porém algumas pessoas sugeriram breves alterações,
71 sugeri que fosse enviado cópia para todos os conselheiros para que se apropriassem do plano, de forma
72 a ampliar a discussão, esclarece Audrilara. Maria disse que já participou de conferências de defesa civil,
73 que foi sugerido uma equipe técnica acompanhasse a Defesa Civil. Jamile faz reflexão de que é preciso
74 trabalhar no efeito e não na causa, tem-se uma política nacional que muitos não conhecem, há os núcleos
75 locais nas comunidades que se organizam, que ninguém conhece. Sugere provocar o poder público para
76 essas pautas, de forma que se faça um documento para o prefeito e outras instâncias afins. Charles
77 complementa falando da política habitacional, que é preciso saber o que se tem a ofertar, as
78 possibilidades de rever local afetado e a situação da casa. Deve haver um planejamento e um orçamento.
79 Maria destaca que não se deve pensar apenas no emergencial, mas ter planejamento a longo prazo, pois
80 a política habitacional está fragilizada. Como encaminhamentos, será enviado ofício sobre a informes da
81 política habitacional no município e sobre a atualização e publicização do Plano de Contingência. Volsiu
82 destaca que por motivação deste conselho, se criasse um plano de construção e desenvolvimento de
83 consciência deste assunto, pois implica em questões culturais e de necessidade. Destaca que recebe
84 denúncias diariamente de invasão de áreas que não podem ser habitadas. Porém infelizmente a
85 necessidade é maior e sugere que o conselho proponha um plano de prevenção a esse tipo de situação.
86 Destaca ainda que o Juiz obriga que se reassente as pessoas, tem aluguel social, mas é paliativo. Comenta
87 sobre um estudo de prevenção das cheias, um levantamento feito pelo CAV, em que é possível puxar os
88 dados para iniciar a discussão. Claudia lembra que nestes dias está ocorrendo a Conferência estadual de
89 Assistência Social, onde vai debater-se sobre a pactuação de recursos fundo a fundo, para calamidades
90 públicas. Bernadete faz a sugestão de provocar vários setores, como a Câmara de Vereadores para realizar
91 Audiência Pública sobre o tema, de forma a provocar uma movimentação para estas questões. Jamile





92 complementa que se acione os órgãos de controle que devem monitorar, senão as coisas não acontecem,
93 se não tiver controle, não tem efeito, enfatiza ela. No que tange ao recurso de calamidade, Charles
94 esclarece que é parcela única. Se ocorrer novamente consegue-se acessar o recurso. Como indicou-se 50
95 pessoas, o governo federal que vai custar, se fosse até 49 pessoas seria repasse estadual. Claudia esclarece
96 que se estas pessoas permanecessem acolhidas por mais de 30 dias viria um percentual a mais para estas
97 pessoas acolhidas. Stephanie sinaliza que vão enviar o requerimento e há possibilidades de acréscimos
98 de recursos, quando se tem a lei de benefícios eventuais, ou crianças, idosos, eles avaliam para repassar
99 a porcentagem. A presidente coloca em aprovação. Aprovado o Termo de Aceite do Serviço de Proteção
100 em Situações de Calamidades Públicas e Emergências, no valor de R\$20.000,00(vinte mil reais). Ofício nº
101 052/COMPED; ofício 24/APAS; Ofício nº 299/APAE; Ofício nº 569/SMAS; ofício nº 44/Vigilância
102 Sociassistencial; ofício nº 5192/MDS. Referente esse ofício, Claudia recebeu ontem no final da tarde, que
103 precisa ver o parecer do conselho, para tentar regularizar, para o município não devolver recursos. Jamile
104 pergunta para quem foi enviado o ofício. Veio em nome do prefeito e para o conselho. Claudia esclarece
105 que é referente ao exercício 2021, num período de pandemia. A secretária executiva disse que foi de
106 forma remota e presencial a oferta do serviço do SCFV. Maria disse que foi complicado as orientações do
107 Ministério referente a continuidade do SCFV, de Básica, por exemplo. Continuou-se fazendo às escuras,
108 não veio normatização, o nosso parecer enquanto conselho foi com base na realidade na época. Maria
109 sinaliza que a orientação da oferta remota veio no fim do ano, não tínhamos orientação de como fazer.
110 Bernadete disse que quando apresentou-se ao conselho a prestação de contas do estado, identificou-se
111 várias inconsistências que provavelmente iriam repercutir no recurso federal, porém descontinuidade de
112 serviço é sério. Claudia informa que já respondeu para o TCE sobre a prestação de contas do estado, pois
113 o município foi citado e pediram informações. Huan solicita cópia do documento para o FMTSUAS. Claudia
114 disse que não encontrou a cópia do demonstrativo no setor financeiro, por isso terá que pedir a cópia do
115 conselho, pois não estava neste setor na época. Jamile contextualiza sobre a relação entre a coisa pública
116 e privada, que as pessoas saem dos espaços e não deixam documentos, é preciso transparência,
117 responsabilidade na guarda de documentos, nos arquivos e registros. Huan destaca a importância do
118 arquivamento, que também otimiza tempo. Elloah disse que isso é o básico guardar os documentos tanto
119 no público quanto no privado, esse fato provoca indignação. Como encaminhamento, oficial a gestão da
120 Assistência Social recomendando que os setores se responsabilizem com os arquivos e registros.
121 Bernadete sinaliza que na nova gestão do governo, o conselho será muito requisitado e respeitado, por
122 isso a importância de se registrar tudo em ata, com as deliberações. Disse que esse é o efeito cascata de
123 como o Ministério como conduziu nos últimos anos, pois anteriormente as datas já eram abertas para
124 preenchimento, com antecedência. No mesmo documento do Ministério, referente ao parecer do
125 conselho de que não faz aprovação da proposta orçamentária do Fundo de Assistência Social –LOA,
126 Claudia disse que não veio para o conselho, que ela e a secretária executiva estiveram na audiência
127 pública, que tinha quatro pessoas participando, não durou mais que quinze minutos e somente estavam
128 presentes três vereadores, o que é uma vergonha. Bernadete sugere que se envie ofício ao prefeito, pois
129 talvez ele não tenha conhecimento desta obrigatoriedade. A presidente sinaliza que era repassado para
130 os secretários e eles devem levar essa demanda para o prefeito. Há tempos o conselho solicita e nunca
131 veio para apreciação a LOA, havia falta de vontade das gestões anteriores, sofremos com a falta de
132 informação, nada de respostas, não era interesse o controle social. Jamile sugere enviar ofício ao prefeito,
133 para que esteja ciente desta responsabilidade, de forma a não responsabilizar os conselheiros, por um
134 documento que não vem para análise. Como encaminhamento, o envio de ofício para o prefeito sobre a
135 obrigatoriedade do conselho apreciar a proposta de Lei Orçamentária Anual-LOA, aprovando-a por meio
136 de resolução.



137 A presidente faz memória de que o Protocolo de fluxos do serviços socioassistenciais, não foi apreciado
138 por este conselho, houve um período que a Gestão informou que iriam finalizar e até hoje não foi
139 repassado. Esse fluxo é importante para quem vai assumir o concurso. Audrilara destaca que os
140 equipamentos utilizam o fluxo nos serviços, porém está desatualizado. Charles destaca que a Gestão está
141 trabalhando com instruções normativas do atendimento a pessoa idosa, na PSB e PSE e a relação com
142 ILPI's, criando uma comissão para a regulação das vagas, organizando formalmente como ocorre. Outra
143 normativa refere-se ao protocolo do atendimento das pessoas em situação de rua, compondo um fluxo
144 maior. Charles diz que tem absurdos dentro da portaria dos fluxos, por exemplo a não discussão de mérito
145 de situações de referência e contrarreferência, isso acarreta invalidar a discussão técnica entre as
146 unidades. É necessário dialogar e debater, não é a competência do profissional que está em jogo, é pensar
147 possibilidades, é sobre a intersetorialidade. Huan disse que os pareceres devem estar embasados nas
148 portarias. Maria disse que o fluxo não foi repassado para as OSC's, só informavam o que era para ser feito.
149 Audrilara disse foi criada uma comissão para discutir fluxo, as OSC's não participaram, as equipes tem que
150 aceitar as referências, concordando ou não tem que receber. Não pode questionar, faz a reunião e
151 repassa, no fluxo está previsto acompanhar por três meses, finaliza Audrilara. Como encaminhamento
152 solicitar a Gestão para encaminhar o fluxo dos serviços socioassistenciais para o Conselho. De
153 Correspondências expedidas: Ofícios de reiteração para as unidades que não encaminharam as
154 nomeações para composição da comissão de benefícios. Seguindo a pauta, o Trabalho das comissões:
155 Parecer: Capacitação referente a inscrição das Organizações da Sociedade Civil-OSC's. As comissões foram
156 convocadas para uma capacitação referente ao processo de inscrição das Organizações da Sociedade Civil-
157 OSC's, bem como proposta de alteração da resolução nº 002/2016/CMAS. Também debateu-se sobre a
158 criação de formulários e instrumentais que virão a fazer parte do processo de manutenção das inscrições.
159 A secretária executiva comenta que foi criado um link no drive para os conselheiros acrescentarem
160 sugestões. Bernadete sugere uma data limite, após o dia 15/11 para que todos possam analisar os
161 documentos e fazerem sugestões.
162

163 **AGENDA LIVRE:** Claudia solicita uma plenária extraordinária para a apresentação e apreciação do
164 Demonstrativo Sintético com prazo final de 29/01/2024, para o parecer do conselho. Referente ao
165 Seminário: A importância das entidades na política de Assistência Social e as Certificações, que ocorrerá
166 no dia 17/11 em Florianópolis, Claudia disse que irão 4 representantes da Gestão, desta forma há carona
167 para conselheiros interessados, são 15 lugares no transporte. Os interessados deverão entrar em contato
168 com a Secretaria Executiva.
169

170 Nada mais havendo a presidente Maria Aparecida da Fonseca encerrou a reunião, eu Ana Paula Battistella,
171 Secretária Executiva lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será colada em livro próprio de
172 atas e a gravação da presente salva em arquivo.

173 *Charles*, *Audrilara*, *A. R. Campos*, *Luiz Felipe*, *Stanyce*, *Vanessa Albano de F.*
174 *Waldes de Jesus Gomes*, *Luiz Gustavo*, *Patricia Silva Santos*, *Delivi*
175 *Francisca*, *Jenelle Angel*,
176 *Karmi Haidar*, *Barbara Orelha*,
177 *Luiz E. Amual*, *L. Jamile Araújo*, *Yared*,
178 *Fabiano Marcelo Ribeiro Mates*, *Vanessa Antunes*, *Corina*
179 *Alloah Cruz*, *Alessandra Moura*,
180 *Charles Andrade Medeiros*.
181





Conselho Municipal de Assistência Social
Secretaria Municipal de Assistência Social

182
183
184
185

Maria Aparecida da Fonseca
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

